

RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.812 - AL (2016/0202954-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **GUACYRA MACHADO LISBOA**
RECORRENTE : **RITA GLORIA DE ALBUQUERQUE COSTA MADEIRA**
RECORRENTE : **MARIA QUITERIA PUGLIESE DE MORAIS BARROS**
RECORRENTE : **ADALBERON SANTOS ROCHA**
ADVOGADO : **RICARDO ANDRÉ BANDEIRA MARQUES E OUTRO(S) - PE022713**
RECORRIDO : **FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto GUACYRA MACHADO LISBOA e OUTROS, com amparo na alínea a do art. 105, III, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado:

"Processual Civil. Apelação contra sentença, f. 260-269, inalterado pela decisão dos aclaratórios, f. 276-277, que declarou prescrito o direito à ação executiva,. extinguindo a execução, com fulcro no §5º, do art. 219, e inc. IV, do art. 269, ambos do Código de Processo Civil.

- Busca a parte apelante o afastamento da prescrição decretada, a sua pretensão executória. In casu, a 'execução da obrigação de fazer (implantar o reajuste nos contracheques dos demandantes) não depende da obrigação de pagar, cujo pedido ocorrera em março de 2002.
- Como a parte exequente ficou silente, desde o trânsito em julgado do título judicial, 03 de dezembro de 1999, até .o pedido dá execução de sentença (obrigação de fazer), em 05 de abril de 2013, foi ultrapassado ,o lustro prescricional, pelo que não merece reforma a sentença apelada, com apoio no art. 1º, do Decreto 20.910/32; e art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil.
- A prescrição ora tratada se relaciona à pretensão executória, portanto incidente; no caso em tela, a Súmula 150, do Supremo Tribunal Federal, não hávendo que se falar em prestação de trato sucessivo. Sem razão, portanto, .a parte apelante.
- Improvimento da apelação" (fl. 344e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"Processual Civil. Civil. Embargos declaratórios a apontar no julgado omissão à mingua de manifestação sobre a inexistência de prescrição,

no caso em questão, porquanto desconsiderou o requerimento da execução da obrigação de fazer, em 1º março de 2002, f. 80-97, bem como que, com os embargos a essa execução, interrompe-se o prazo prescricional da pretensão executória, o qual somente voltará a correr em 11 de março de 2011, com o trânsito em julgado daqueles embargos, restando ainda dois anos e meio para se pleitear a obrigação de fazer, o que foi realizado em 05 de abril de 2013.

- Caso em que o julgado, f.311-315, negou provimento à apelação, considerando que foi ultrapassado o lustro prescricional da pretensão executória da obrigação de fazer, a qual independe da execução da obrigação de pagar (essa requerida em março de 2002), f.80-97, contando-se do trânsito em julgado do título judicial, em 03 de dezembro de 1999, até o pedido da execução de sentença (obrigação de fazer), em 05 de abril de 2013, com apoio no art. 1º, do Decreto 20.910/32, no art. 219, §5º, do Código de Processo Civil, e na Súmula 150, do Supremo Tribunal Federal.

- Diante disto não merece prosperar a alegação da embargante, quanto à desconsideração do requerimento da execução da obrigação de fazer, em 1º de março de 2002, f. 80-97, bem como quanto à interrupção do prazo prescricional da pretensão executória, afastando a prescrição, no caso em questão, visto que o aspecto da prescrição referida já foi enfrentado e decidido de forma diversa, conforme o voto f. 311-315, não havendo, portanto, a omissão apontada.

- Destarte, no cotejo do teor do recurso em tela, com o julgado, observa-se estar o decisório completo, cercado do fundamento devido, de maneira a se fazer desnecessária qualquer outra abordagem, mesmo porque o julgado não é um diálogo de pergunta e resposta entre as partes, nem deve se transformar num amontoado de enfrentamento de questões que não se situam no centro da querela. Depois, a matéria, considerada importante, foi devidamente, focada, de maneira a não necessitar de nenhum outro complemento.

- Improvimento" (fl. 359e).

Sustentam os recorrentes ofensa ao art. 9º do Decreto 20.910/32, conforme argumentos a seguir:

"(...) o acórdão vergastado, ao desconsiderar a interrupção da prescrição com o aforamento do pedido de implantação (obrigação de fazer) deduzido pelos ora recorrentes, findou por afrontar a disciplina do art. 3º do Decreto-Lei 4.597/42 e do art. 9º do Decreto 20.910/32.

VI - DO MÉRITO RECURSAL

Como já antedito, o acórdão recorrido merece ser reformado por afrontar o texto contido no art. 3º do Decreto-Lei 4.597/42 e no art. 9º do Decreto 20.910/32, que dispõem sobre a prescrição quinquenal para a cobrança de créditos contra os entes públicos.

(...)

Como a citação da executada no processo de execução interrompeu a prescrição, segundo o art. 219 do Código de Processo Civil, não há dúvidas de que este ato processual cessou o fluxo do lustro prescricional do feito em tela.

O erro cometido pelo aresto recorrido está em reconhecer expressamente que os recorrentes apresentaram requerimento para execução da obrigação de fazer em 1º de março de 2002, que a FUNASA se defendeu com o ajuizamento de embargos à execução, dos quais restou derrotada e, após o desfecho destes embargos à execução, o direito dos recorrentes à implantação estaria prescrito porque decorridos mais de 5 anos desde o trânsito em julgado do processo de conhecimento.

Ora, a disciplina jurídica do art. 3º do Decreto-Lei 4.597/42 estabelece que o prazo prescricional das dívidas da fazenda pública, quando interrompida, volta a correr pela metade da data do termo do processo que a interrompeu.

No caso em tela, o direito dos recorrentes à implantação do reajuste 47,94% com que foram contemplados judicialmente, apresentado em 1º de março de 2002 - segundo reconhece o acórdão dos embargos de declaração - estava em discussão nos embargos à execução, nos quais a FUNASA defendia a tese de que, tendo o reajuste sido declarado inconstitucional pelo STF, o título judicial que os conferia aos recorrentes seria inexigível, assim como discutia que tal direito, àquela época, estaria prescrito. Apenas quando este óbice foi superado é que os recorrentes puderam dar continuidade ao pedido de implantação.

(...)

Situação semelhante encontra-se neste feito, no qual servidores discutiram a exigibilidade do título judicial e a inoccorrência de prescrição que os favorecia em sede de embargos à execução. O ato citatório da execução da FUNASA interrompeu o prazo prescricional, que se manteve suspenso durante todo o período em que pendia o julgamento definitivo de sua defesa (embargos à execução). Só com o

trânsito em julgado destes embargos à execução (último ato ou termo do processo) é que foi reaberto, pela metade, o prazo prescricional, segundo determina o art. 3º do Decreto-Lei 4.597/42 e o art. 9º do Decreto 20.910/32. Decidir de modo diverso representou ofensa ao aludido ato normativo.

VII - DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal, requer, digne-se V. Exa., a receber e conhecer o presente recurso, com fulcro no art. 105, III, 'a', para, dando-lhe regular processamento, ao final, julgá-lo provido, no sentido de determinar a cassação do acórdão proferido pelo Tribunal a quo, face à vulneração ao disposto no art. 3º do Decreto - Lei 4.597/42 e no art. 9º do Decreto 20.910/32, reformando o acórdão recorrido, para declarar a inoccorrência da prescrição da obrigação de fazer e determinar a prosseguimento da respectiva execução" (372/376e).

391e) Contrarrazões oferecidas (fls. 383/389e), o recurso foi admitido na origem (fl.

A irresignação não merece prosperar.

Relativametne ao tema da prescrição, extrai-se do acórdão recorrido:

"Busca a parte apelante o afastamento da prescrição decretada a sua pretensão executória.

(...)

Verificam-se, do processo de conhecimento 0017639-98.2011.4.05.8300:

- 1) o trânsito em julgado do título judicial ocorrera 03 de dezembro de 1999, f. 77;
- 2) o pedido de execução das parcelas em atraso, com a homologação dos cálculos apresentados, em 1º de março de 2002, fl. 80-97;
- 3) ciência das partes acerca do precatório, f. 243-250, referente à execução de sentença (proc. 0000830-17.1998A.05.8000) acima referida, em 20 de dezembro de 2012, f. 253e.
- 4) o pedido de execução da obrigação de fazer (implantação do reajuste de 47,94% na remuneração dos autores, em 05 de abril de 2013;

In casu, a execução da obrigação de fazer (implantar o reajuste nos contracheques dos demandantes) não depende da obrigação de pagar, cujo pedido ocorrera em março de 2002.

Como a parte exequente ficou silente, desde o trânsito em julgado do

titulo judicial, 03 de dezembro de 1999, até o pedido da execução de sentença (obrigação de fazer), em 05 de abril de 2013, foi ultrapassado o lustro prescricional, pelo que não merece reforma a r. sentença apelada, com apoio no art. 1º, do Decreto 20.910/32, e art. 219, §5º, do Código de Processo Civil.

A prescrição ora tratada se relaciona à pretensão executória, portanto incidente, no caso em tela, a Súmula 150, do Supremo Tribunal Federal, não havendo que se falar em prestação de trato sucessivo" (fl. 342e).

Complementado pelo acórdão dos Embargos de Declaração, conforme a seguir:

"Os aclaratórios apontam no julgado a presença de omissão, porquanto desconsiderou o requerimento da execução da obrigação de fazer, em 1º de março de 2002, f. 80-97, bem como que, com os embargos a essa execução, interrompe-se o prazo prescricional da pretensão executória, o qual somente voltou a Correr em 11 de março de 2011, com o trânsito em julgado daqueles embargos — restando ainda dois anos e meio para se pleitear a obrigação de fazer, o que foi realizado em 05 de abril de 2013, não havendo que se falar em prescrição, no caso em questão.

O acórdão embargado, f.311-315, negou provimento à apelação, considerando que foi ultrapassado o lustro prescricional da pretensão executória da obrigação fazer, a qual independe da execução da obrigação de pagar (essa requerida em março de 2002), f. 80-97, contando-se do trânsito em julgado do titulo judicial, em 03 de dezembro 1999 até o pedido da execução de sentença (obrigação de fazer), em 05 de abril de 2013, com apoio no art. 1º, do Decreto 20.910/32, no art. 219; §5º, do Código de Processo Civil, e na Súmula 150, do Supremo Tribunal Federal.

Diante disto, não merece prosperar a alegação da embargante, quanto à desconsideração do requerimento da execução da obrigação de fazer, em 1º de março de 2002, f. 80-97; bem como quanto à interrupção do prazo prescricional da pretensão executória, afastando a prescrição, no caso em questão, visto que o aspecto da prescrição referida já foi enfrentado e decidido de forma diversa, conforme o voto, f. 311-315, não havendo, portanto, a omissão apontada.

Destarte, no cotejo do teor do recurso em tela com o julgado, observa-se estar o decisório completo, cercado do fundamento devido, de maneira a se fazer desnecessária qualquer outra abordagem,

mesmo porque o julgado não é um diálogo de pergunta e resposta entre as partes, nem deve se transformar num amontoado de enfrentamento de questões que não se situam no centro da querela.

Depois, a matéria, considerada importante, foi devidamente focada, de maneira a não necessitar de nenhum outro, complemento" (fl. 357e).

Da leitura, verifica-se que o acórdão recorrido utilizou os seguintes fundamentos para afastar as alegações da parte recorrente: "a execução da obrigação de fazer (implantar o reajuste nos contracheques dos demandantes) não depende da obrigação de pagar, cujo pedido ocorrera em março de 2002" (fl. 342e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INOCORRÊNCIA. SOFTWARE DE PRATELEIRA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

2. Conforme entendimento sedimentado na Súmula 283 do STF, não se conhece de recurso especial quando inexistente impugnação específica a fundamento autônomo adotado pelo órgão judicial a quo.

3. Por força das Súmulas 282 e 284 do STF, não se conhece de recurso especial quando o dispositivo legal tido por violado, além de não ter correlação com a matéria julgada, não está prequestionado.

4. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7 do STJ).

5. Hipótese em que o Tribunal Regional Federal, com base no acervo probatório, decidiu pela não incidência do IRRF em razão de a parte autora ter adquirido o software comercial "de prateleira", situação que afastaria o pagamento de direitos autorais/royalties, não sendo possível o reexame na via do especial.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.641.775/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 04/12/2018)

Outrossim, o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que "como a parte exequente ficou silente, desde o trânsito em julgado do título judicial, 03 de dezembro de 1999, até o pedido da execução de sentença (obrigação de fazer), em 05 de abril de 2013, foi ultrapassado o lustro prescricional" (fl. 342e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial acerca da natureza dos pedidos feitos na data considerada como início da prescrição, e da inércia da parte recorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, por analogia:

"ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. OFENSA DO ART. 535, INCISO II, DO CPC/73. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

I - Na origem trata-se de agravo de instrumento contra decisão judicial que deixou de acolher exceção de pré-executividade e determinou o encaminhamento do processo à contadoria judicial para esclarecimento sobre a existência de créditos remanescentes a serem pagos aos demais exequentes.

II - A alegação genérica de ofensa ao art. 535 do CPC/73, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro, atrai o óbice do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

III - De acordo com a jurisprudência desta Corte, em função da autonomia do processo de execução em relação ao processo de conhecimento, entende-se que o prazo prescricional para propositura da ação executiva é de cinco anos contados do trânsito em julgado da ação de conhecimento. Incidência do enunciado n. 150 da Súmula do STF. Precedentes: REsp 1709644/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 7/12/2017, DJe 19/12/2017 e AgInt nos EDcl no AREsp 644.705/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 6/12/2016, DJe 7/2/2017.

IV - Havendo o Tribunal de origem, com base no acervo fático-probatório dos autos, concluído que a pretensão executória não estava prescrita, a inversão do julgado implicaria, necessariamente, no reexame das provas carreadas aos autos, o que é vedado na instância especial ante o óbice do enunciado 7 da Súmula do STJ.

V - Agravo improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.623.576/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/02/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o

Superior Tribunal de Justiça

Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbência recursal.

I.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora